

CADERNO DE PROVA ELEIÇÕES CONSELHO TUTELAR 2019	
CADERNO ÚNICO	CARGO: <ul style="list-style-type: none">• Conselheiro Tutelar (Porto Nacional e Luzimangues)
CONTEÚDO	<ul style="list-style-type: none">• Conhecimentos Gerais da Proteção Integral da Criança e do Adolescente no âmbito Nacional e Municipal

Orientações para prova

ABRA ESTE CADERNO SOMENTE QUANDO AUTORIZADO.

Você recebeu do fiscal de sala o material: caderno de prova e cartão-resposta.

- Veja se este caderno contém 20 questões; em caso contrário, solicite outro ao fiscal;
- A prova terá duração de 3 (três) horas incluindo o tempo de preenchimento do CARTÃO-RESPOSTA;
- O prazo mínimo de permanência em sala é de 1 (uma) hora;
- Autorizado o início da prova, verifique se o material está em ordem e se o seu nome, CPF e número de inscrição conferem com os que aparecem no CARTÃO-RESPOSTA. Caso contrário comunique imediatamente o fiscal;
- Todas as questões da prova são de múltipla escolha. Para cada uma das questões objetivas, são apresentadas quatro alternativas (A, B, C ou D) e somente uma corresponde à alternativa correta. Assinale UMA RESPOSTA: a marcação em mais de uma alternativa anula a questão, mesmo que uma das respostas esteja correta;
- No CARTÃO-RESPOSTA, a marcação das letras que correspondem às respostas corretas deve ser realizada com caneta esferográfica de tinta preta ou azul, de forma contínua e densa cobrindo todo o espaço compreendido pelos círculos;
- **CUIDADO COM O CARTÃO-RESPOSTA:** Não risque, não amasse, não dobre, não suje, pois ele é insubstituível.

SERÁ ELIMINADO DO PROCESSO SELETIVO o candidato que:

- a) Durante a realização da prova utilizar, relógio, telefone celular, qualquer tipo de equipamento eletrônico ou fontes de consultas de qualquer espécie;

b) Se ausentar da sala de prova levando consigo o CADERNO DE PROVA e/ou o CARTÃO-RESPOSTA;

c) Se recusar a entregar o CADERNO DE PROVA e/ ou CARTÃO-RESPOSTA, quando terminar o tempo estabelecido;

d) Manter ou tentar manter qualquer tipo de comunicação com outros candidatos.

- Os fiscais não estarão autorizados a emitir opinião, nem prestar esclarecimentos sobre o conteúdo das provas. Cabe, exclusivamente, ao candidato interpretar o enunciado da questão e decidir a resposta;
- Ao terminar a prova, entregue ao fiscal de sala o CADERNO DE PROVA E O CARTÃO-RESPOSTA e ASSINE A LISTA DE PRESENÇA;
- Está permitido levar apenas o rascunho do gabarito que encontra-se na última página do caderno de prova;
- Após a realização da prova o candidato deverá imediatamente sair das instalações físicas do local da prova;
- Os três últimos candidatos permanecem em sala onde deverão entregar as prova simultaneamente;
- Na hipótese de ocorrer anulação de questões, as mesmas serão consideradas como respondidas corretamente por todos os candidatos;
- O gabarito da prova estará disponível a partir de 15/07/2019, na página da Prefeitura Municipal de Porto Nacional (<http://portonacional.to.gov.br>);

Prezado (a) candidato (a)

Coloque seu número de identidade, órgão emissor e nome no quadro abaixo:

Nº RG/ORGÃO EMISSOR	NOME

QUESTÃO 01

Considere as afirmações seguintes e marque a CORRETA:

A) A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais exceto dos inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico,

mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade;

B) A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes não facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade;

C) A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, apenas se os pais ou aqueles que entendem a violação da supostamente optar em liberar as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade;

D) A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

Questão 2

Os casos de suspeita ou confirmação de castigo físico, de tratamento cruel ou degradante e de maus-tratos contra criança ou adolescente, marque a alternativa correta:

A) Serão obrigatoriamente comunicados ao Conselho Tutelar da respectiva localidade, sem prejuízo de outras providências legais;

B) Serão opcionalmente comunicados ao CMDCA da respectiva localidade, garantindo vários prejuízos de outras providências legais;

C) Deve haver comunicado ao Conselho de Saúde Tutelar da respectiva localidade, sem prejuízo de outras providências legais;

D) Nenhuma das afirmativas estão corretas.

Questão 3

De acordo com a Art. 54 do Estatuto da Criança e do Adolescente, é dever do Estado assegurar o ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria, observando a progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio, estando vinculado a estes. Com base nessas informações marque a afirmação correta:

A) Que fica assegurado também neste artigo o atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

- B) Todos os atendimentos supramencionados, exceto o atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a cinco anos de idade;
- C) O acesso aos níveis mais elevados do ensino não necessitando de expansão em pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;
- D) Todas estão incorretas;

Questão 4

"É dever de todos prevenir a ocorrência de ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão atuar de forma _____ na elaboração de políticas públicas e na execução de ações destinadas a _____ o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante e _____, (art. 70 e 70-A – ECA).

As lacunas são corretamente preenchidas, respectivamente, por:

- A) articulada / coibir / difundir.
B) compartimentada / coibir / mitigar.
C) fragmentada / estimular / estimular.
D) autônoma / desestimular / apresentar.

Questão 5

O artigo 83 do Estatuto da Criança e do Adolescente menciona que Nenhuma criança ou adolescente menor de 16 (dezesseis) anos poderá viajar para fora da comarca onde reside desacompanhado dos pais ou dos responsáveis sem expressa autorização judicial. ([Redação dada pela Lei nº 13.812, de 2019](#)). Com base nessas informações a afirmativa incorreta é:

- A) A autorização será exigida quando tratar-se de comarca contígua à da residência da criança ou do adolescente menor de 16 (dezesseis) anos, se na mesma unidade da Federação, ou incluída na mesma região metropolitana;
- B) A autorização não será exigida quando a criança ou o adolescente menor de 16 (dezesseis) anos estiver acompanhado;
- C) A autorização não será exigida quando a criança ou o adolescente menor de 16 (dezesseis) anos estiver acompanhado de ascendente ou colateral maior, até o terceiro grau, comprovado documentalmente o parentesco;
- D) A autorização não será exigida quando de adolescente maior de 18 anos, expressamente autorizada pelo pai, mãe ou responsável.

Questão 6

Com base na lei municipal nº 2431/2019 (*“que dispõe sobre a alteração da Lei nº 2.276, de 23 de Dezembro de 2015 que dispõe sobre a Política Municipal de Atendimento aos Direitos da Criança e do Adolescente e dá outras providências”*), marque a alternativa incorreta:

- A) A política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente no município de Porto Nacional – TO, far-se-á através de um conjunto que não necessita de ações governamentais e não governamentais, desaconselhando e fomentando seu processo de ruptura contra a proteção integral e a prioridade absoluta, conforme preconiza a Lei Federal nº 8.069/1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente;
- B) A Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente é espaço colegiado de caráter deliberativo, composta por delegados, representantes das entidades ou movimentos da sociedade civil organizada direta e/ou indiretamente ligados à defesa ou ao atendimento dos direitos da criança e do adolescente, e do Poder Executivo, devidamente credenciados, que se reunirão a cada dois anos, sob a coordenação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, mediante regimento próprio;
- C) O processo de eleição dos conselheiros não governamentais do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente será realizado preferencialmente na Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente ou em assembleia ordinária / extraordinária específica para tal finalidade, mediante edital/ resolução de convocação com antecedência mínima de 10 (dez) dias;
- D) Compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA Difundir junto à sociedade local a concepção de criança e adolescente como sujeitos de direitos e pessoas em situação especial de desenvolvimento, zelando para efetivação do paradigma da proteção integral como prioridade absoluta nas políticas e no orçamento público;

Questão 7

O Fundo Municipal da Infância e Adolescência - FIA, tem por objetivo facilitar a captação, o repasse e a aplicação de recursos destinados ao desenvolvimento das ações de atendimento a crianças, adolescentes e suas respectivas famílias. Diante do objetivo apresentado, marque a alternativa correta:

- A) As ações de que trata o parágrafo anterior referem-se prioritariamente aos programas de proteção especial à criança e ao adolescente em situação de risco social e pessoal, cuja necessidade de atenção extrapola o âmbito de atuação das políticas sociais básicas;
- B) As ações de que trata o parágrafo anterior opcionalmente tendência a excluir os programas de proteção especial à criança e ao adolescente vinculados ao Estado, tendo em vista ser eventual a situação de risco social e pessoal, cuja necessidade de atenção extrapola o âmbito de atuação das políticas sociais básicas;
- C) As ações de que trata o parágrafo anterior não tem necessidade de atenção e extrapola o âmbito de atuação das políticas sociais básicas;

D) As ações de que trata o parágrafo anterior vai de encontro aos programas de proteção especial à criança e ao adolescente em situação de risco social e pessoal, cuja necessidade de atenção extrapola o âmbito de atuação das políticas sociais básicas;

Questão 8

O artigo 36 da Lei Municipal 2431/2019 menciona que o Conselho Tutelar é um órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, na forma estabelecida no artigo 131 do Estatuto da Criança e do Adolescente e outras normas. Com base no referido artigo marque a alternativa incorreta:

A) O Conselho Tutelar é um órgão integrante da Administração Pública do município de Porto Nacional, administrativamente vinculado ao Fundo Municipal da Infância e Adolescência;

B) A utilização de recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Porto Nacional pode ser utilizado para a formação e a qualificação funcional dos Conselheiros Tutelares;

C) Os Conselheiros Tutelares suplentes serão convocados de acordo com a ordem de votação e receberão remuneração proporcional aos dias que atuarem no órgão, sem prejuízo da remuneração dos titulares quando em gozo de licenças, férias regulamentares ou demais garantias previstas nesta Lei;

D) O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, previsto nesta Lei, será realizado sob a responsabilidade do CMDCA, com fiscalização do Ministério Público, conforme os termos do artigo 139 do Estatuto da Criança e do Adolescente;

Questão 9

Em conformidade com a Lei Municipal 2431/2019 (no que tange as questões de organização e funcionamento dos Conselhos Tutelares), marque a alternativa correta:

A) O Conselho Tutelar deve funcionar em espaço exclusivo para tal finalidade, de fácil acesso, com identificação, localizado na área de sua competência, preferencialmente em local já conhecido como referência de atendimento e grande circulação da população;

B) Sala de recepção articulada com a sala de atendimento individual, uma brinquedoteca, duas salas para atendimento reservado e uma sala administrativa, refeitório, banheiros exclusivos para os (as) sujeitos (as) de direito e com acessibilidade para pessoa com deficiência e banheiro exclusivo para funcionários e conselheiros;

C) Espaço físico sem necessidade de seguir a ABNT NBR 9050:2015, bem

como estar equipada com poucos móveis e bens para melhor visibilidade do serviço e pleno funcionamento em especial para o acesso de pessoa com deficiência em sua totalidade;

D) Nenhuma das alternativas estão corretas;

Questão 10

Das atribuições e competências do Conselheiro Tutelar (em conformidade com a Lei Municipal 2431/2019), marque a alternativa incorreta:

A) Zelar pelo efetivo atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

B) Assessorar o Poder Executivo Municipal na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

C) Velar pelos princípios da autonomia do Conselho Tutelar e da permanência de suas execuções judiciais e autonomia judicial, nos termos da legislação federal e, suplementarmente, da legislação municipal;

D) Atender com presteza ao público, prestando às informações requeridas, ressalvadas as protegidas por sigilo;

Questão 11

Marque a alternativa correta:

A) O Conselheiro Tutelar fica reconhecido como sendo serviço público relevante e funcionário público, tendo em vista exercer a função pública e a função de carreira, regido por regras específicas do Direito Administrativo;

B) Ao iniciar o exercício da função, o conselheiro tutelar deverá assinar em até 90 (noventa) dias o termo no qual constarão as suas responsabilidades, direitos e deveres;

C) O servidor público municipal que vier a exercer mandato de conselheiro tutelar não ficará licenciado do seu cargo efetivo, podendo, entretanto, optar por sua remuneração;

D) Os conselheiros tutelares terão direitos ao recebimento de diárias em valor equivalente às diárias previstas na Lei Municipal para os cargos de natureza DAS 4, mediante dotação orçamentária específica, quando da participação em trabalhos e outras atividades fora do Município ou da Comarca, realizadas em razão do seu ofício ou no sentido do aprimoramento das suas atribuições, como em cursos, encontros, seminários, assembleias e demais deslocamentos em cumprimento de suas funções;

Questão 12

Do regime disciplinar e perda da função do Conselheiro Tutelar, marque a alternativa correta com base na lei municipal 2431/2019:

- A) É proibido ao conselheiro tutelar exceder-se no exercício da função, sem abusar de suas atribuições específicas ou na falta de urbanidade;
- B) Não é proibido ao conselheiro tutelar fazer propaganda político-partidária no exercício de suas funções;
- C) É proibido ao conselheiro tutelar proceder de forma desidiosa, inclusive deixar de atender o telefone do plantão, colocar-se em local onde o sinal telefônico não funcione em horário de plantão e sobreaviso, bem como negar-se a atender o chamamento das autoridades constituídas;
- D) Exercer quaisquer atividades remuneratórias ou não durante o exercício da função e o horário de trabalho;

Questão 13

Sobre a perda do mandato, marque a alternativa incorreta com base na Lei Municipal 2431/2019

- A) O Conselheiro Tutelar perde o mandato se for condenado pela prática de crime doloso, contravenção penal ou infração administrativa disciplinar prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente, nesta Lei ou no Regimento Interno;
- B) O Conselheiro Tutelar perde o mandato se sofrer penalidade administrativa de perda da função;
- C) O Conselheiro Tutelar perde o mandato se receber, em razão da função, honorários, gratificações, custas, emolumentos, diligências ou qualquer outra vantagem para si ou para terceiros;
- D) O Conselheiro Tutelar perde o mandato se deixar de prestar escala de serviços ou qualquer atividade que lhe for atribuída, bem como faltar às reuniões do colegiado por 6 (seis) vezes consecutivas ou 10 (dez) alternadas dentro de 2 (dois) anos, salvo justificativa aceita por mais de 2/5 (dois quintos) do CMDCA;

Questão 14

Do processo administrativo disciplinar, marque a alternativa incorreta:

- A) Dependendo da gravidade do fato o indiciado poderá, conforme decisão fundamentada da comissão, ser afastado do cargo até o término do processo disciplinar;

- B) O processo disciplinar terá início mediante peça informativa escrita de iniciativa de membro do CMDCA, do Ministério Público ou de qualquer pessoa da comunidade, contendo a descrição dos fatos e, se possível, a indicação de meios de provas destes;
- C) Instaurado o processo disciplinar, o indiciado será notificado para no prazo de 48 (quarenta e oito horas) apresentar defesa escrita ou a termo se preferir;
- D) Todas as alternativas estão corretas

Questão 15

Em conformidade com a Lei Municipal 2420/2018 que “*Dispõe sobre a lei municipal de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária no município de Porto Nacional e Seus Distritos e dá outras providências,*” marque a alternativa correta:

- A) No que tange as questões de Acolhimento Institucional deve ser respeitada como pré-requisito a família acolhedora e guarda subsidiada, sendo apenas em casos excepcionais a modalidade de Acolhimento Institucional (abrigo institucional) que ser ofertado, assessorado e monitorado inicialmente pela rede de atendimento municipal de assistência social, da proteção social especial de alta complexidade, sendo obrigatório e pré-requisito que todos os serviços de Acolhimento Institucional e de Famílias Acolhedoras sejam devidamente registrados no CMDCA e no Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, atendendo aos requisitos legais;
- B) O Serviço de Acolhimento em Famílias Acolhedoras deve funcionar como modalidade de acolhimento para crianças e adolescentes afastadas do convívio com a família de origem, mediante medida protetiva e, portanto, incorporados e monitorados na política municipal de atendimento;
- C) As crianças e adolescentes, ao serem identificadas em situação de vulnerabilidade e/ou risco social, somente serão encaminhados para a inclusão no Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora na Família Extensa e/ ou Guarda Subsidiada e/ou acolhimento em abrigo institucional, por meio de determinação da autoridade judiciária competente;
- D) Todas as alternativas estão corretas;

Questão 16

A Lei municipal 2420/2018 menciona que compete a Secretaria Municipal de Assistência Social a gestão plena do Serviço de Acolhimento, cabendo as demais áreas do executivo municipal, sempre que necessário desenvolver a prestação de serviços públicos, sempre que necessitar para melhor aprimoramento de gestão do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora na Família Extensa e/ ou Guarda Subsidiada e/ou acolhimento em abrigo institucional. Com base nessas informações, marque a alternativa incorreta:

- A) Não compete a Secretaria Municipal de Assistência Social, em consonância com o CMDCA e CMAS ser responsável em editar normas e procedimentos de execução e fiscalização do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora na Família Extensa, através de Plano Municipal de Convivência Familiar e Comunitária seguindo a legislação nacional e municipal, bem como as políticas, planos e orientações dos demais órgãos oficiais que tratam da referida questão;
- B) Compete a Secretaria Municipal de Assistência Social, em consonância com o CMDCA e CMAS ser responsável em editar normas e procedimentos de execução e fiscalização do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora na Família Extensa, através de Plano Municipal de Convivência Familiar e Comunitária seguindo a legislação nacional e municipal, bem como as políticas, planos e orientações dos demais órgãos oficiais que tratam da referida questão;
- C) A família acolhedora que tenha recebido o benefício e não tenha cumprido as prescrições desta Lei fica o executivo municipal autorizado a cobrar no IPTU do ano seguinte o valor de isenção concedido durante o período da irregularidade, sob pena sofrer as penalidades previstas em lei;
- D) Todas as alternativas estão incorretas;

Questão 17

Sobre os objetivos da Instituição de Acolhimento de Crianças e Adolescentes Tia Messias Braga (conforme prever em lei municipal 2420/2018), marque a alternativa correta:

- A) Proporcionar ambiente sadio de convivência através de doações, campanhas de voluntariado ou até mesmo dos profissionais da rede municipal;
- B) Oportunizar condições de socialização;
- C) Não fomentar a família substituta, nem mesmo quando esgotados os recursos de manutenção na família natural ou extensa;
- D) Todas as alternativas estão corretas;

Questão 18

O artigo 24º da Lei Municipal 2420/2018 menciona que o contingente de acolhidos na modalidade de acolhimento é constituído apenas por crianças e adolescentes do município de Porto Nacional, salvo os acolhimentos em conformidade com o art.21º. Com base nessa informação, marque a alternativa Incorreta:

- A) O Acolhimento para Crianças e Adolescentes Tia Messias Braga terá sua capacidade máxima será de 20 (vinte) acolhidos, podendo em casos de não possuir a estrutura necessária para o acolhimento total, acolher em sua sede 51 % (cinquenta e um por cento) das crianças e/ou adolescentes e os outros 49 % (quarenta e nove por cento) em instituições privadas que ofertem o mesmo

serviço e nas condições legais de funcionamento, com registro no CMAS/CMDCA de Porto Nacional, possuir sede em Porto Nacional e/ou seus distritos como também cumprir com o estabelecido no art.21º desta lei, garantido com isso a individualização e acompanhamento da vida cotidiana de cada um;

B) Uma vez regionalizado, o Acolhimento para Crianças e Adolescentes Tia Messias Braga terá sua capacidade máxima ampliada para mais 49 % (quarenta e nove por cento) independente da existência ou não de instituições privadas que ofertem o mesmo serviço e nas condições legais de funcionamento;

C) Fica proibida em quaisquer hipóteses ou circunstâncias a regionalização, consórcio, cooperativismo, convênios ou quaisquer outros meios de celebração de parcerias com o serviço de acolhimento da Instituição de Acolhimento para Crianças e Adolescentes Tia Messias Braga, sem a apreciação e aprovação coletiva entre o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Conselho Tutelar, Conselho Municipal de Assistência Social, Ministério Público e Tribunal de Justiça;

D) As despesas para a manutenção da Instituição de Acolhimento de Crianças e Adolescentes Tia Messias Braga contará com apoio técnico e financeiro do Poder Executivo Municipal, estadual e federal, tanto pelo Fundo Municipal de Assistência Social e/ou Fundo Municipal da Infância e Adolescência, bem como demais fundos municipais, estaduais e federais de natureza pública ou privada;

Questão 19

Sobre viabilização de recursos necessários para a manutenção da Instituição de Acolhimento Tia Messias Braga, marque a alternativa correta:

A) Caberá ao executivo municipal, por meio da gestão direta da secretaria municipal de assistência social, estabelecer outros meios de captar recursos necessários junto aos níveis de governo estadual e federal, e/ou também com instituições privadas e/ou sociedade civil, para a implementação / manutenção / assessoramento / monitoramento / aquisição de bens / material de consumo / contratação de pessoal de natureza física e/ou jurídica / pagamento de encargos contratuais ou quaisquer outros tipos de despesas, visando a oferta do serviço de acolhimento institucional para crianças e adolescentes;

B) Caberá apenas aos recursos federais a única fonte de captação de recursos necessários para a implementação / manutenção / assessoramento / monitoramento / aquisição de bens / material de consumo / contratação de pessoal de natureza física e/ou jurídica / pagamento de encargos contratuais ou quaisquer outros tipos de despesas, visando a oferta do serviço de acolhimento institucional para crianças e adolescentes;

C) Apenas com o aval do Tribunal de Contas do Estado que executivo municipal, por meio da gestão direta da secretaria municipal de assistência social, estabelecer outros meios de captar recursos necessários junto aos níveis de governo estadual e federal, e/ou também com instituições privadas e/ou sociedade civil, para a implementação / manutenção / assessoramento /

monitoramento / aquisição de bens / material de consumo / contratação de pessoal de natureza física e/ou jurídica / pagamento de encargos contratuais ou quaisquer outros tipos de despesas, visando a oferta do serviço de acolhimento institucional para crianças e adolescentes;

D) Todas as afirmações estão corretas

Questão 20

Marque a alternativa correta:

A) Os princípios fundamentais da referida lei seguem as mesmas propostas pelo Plano Nacional Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, validando-as na interpretação e operacionalização das ações construídas e consolidadas no município de Porto Nacional e seus distritos, percorridas ao longo desta lei para que sejam de fato implementadas ao longo do desenvolvimento das políticas de proteção a criança e ao adolescente no contexto da Convivência Familiar e Comunitária;

B) Os princípios diferenciados da referida lei seguem as mesmas propostas pelo código de menores 71 quando já legitimavam à Convivência Familiar e Comunitária, validando-as na interpretação e operacionalização das ações construídas e consolidadas no município de Porto Nacional e seus distritos, percorridas ao longo desta lei para que sejam de fato implementadas ao longo do desenvolvimento das políticas de proteção a criança e ao adolescente no contexto da Convivência Familiar e Comunitária;

C) Os princípios fundamentais da referida lei seguem as mesmas propostas pelo Plano Nacional Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, validando-as na interpretação e operacionalização das ações construídas e consolidadas no município de Porto Nacional e exceto seus distritos, percorridas ao longo deste decreto para que sejam de fato implementadas ao longo do desenvolvimento das políticas de proteção a criança e ao adolescente no contexto da Convivência Familiar e Comunitária;

D) Todas as alternativas estão incorretas;

**RASCUNHO DO CARTÃO RESPOSTA
(SÓ USE SE JULGAR NECESSÁRIO)**

GABARITO

	A	B	C	D		A	B	C	D
1	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	11	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	12	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
3	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	13	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
4	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	14	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
5	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	15	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
6	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	16	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
7	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	17	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
8	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	18	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
9	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	19	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
10	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	20	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

O resultado seguirá as orientações contidas no site www.portonacional.to.gov.br;